ISSN 1517-5901(online)
POLÍTICA & TRABALHO
Revista de Ciências Sociais, nº 60, Janeiro/Junho de 2024, p. 169-185

A PRODUÇÃO SOBRE AS JUVENTUDES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL: uma análise a partir da plataforma SciELO

BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION ON YOUTH: An Analysis on SciELO Platform

Alexandre Barbosa Pereira*

Resumo
Este artigo analisa a produção científica brasileira sobre juventude na plataforma SciELO, de 2001 a 2019, por meio de uma revisão integrativa. O estudo busca identificar as áreas de pesquisa e os temas abordados nesse campo. Os resultados revelam que a discussão sobre juventude no Brasil se divide em duas perspectivas principais: a juventude como agente político criativo e a juventude como um problema social a ser enfrentado. A influência da indústria cultural e do controle social sobre os jovens é destacada, assim como a relação entre juventude e participação política. É ressaltada a importância de considerar os jovens como agentes políticos autônomos. O estudo aponta a necessidade de uma compreensão ampla e complexa da juventude, evitando visões reducionistas e promovendo abordagens mais abrangentes nas políticas públicas e nas pesquisas acadêmicas.
Palavras-chave: Juventude. Produção científica. Ciências humanas. SciELO.

Abstract
This article examines the Brazilian scientific production on youth in the SciELO platform from 2001 to 2019 by means of an integrative review. The study aims to identify the research areas and themes addressed in this field. The results reveal that the discussion on youth in Brazil is divided into two main perspectives: youth as creative political agents and youth as a social problem to be addressed. The influence of cultural industry and social control on young people is highlighted, as well as the relationship between youth and political participation. The importance of considering young people as autonomous political agents is emphasized. The study points out the need for a comprehensive and complex understanding of youth, avoiding reductionist views and promoting more comprehensive approaches in public policies and academic research.
Keywords: Youth. Scientific production. Humanities. SciElo

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: abpereira@unifesp.br

Apresentação

A proposta deste artigo[1] é apresentar o resultado de um levantamento da produção científica brasileira sobre juventude publicada na plataforma SciELO, entre 2001 e 2019. Não se trata de um estado da arte, propriamente dito, mas de uma revisão integrativa dos artigos que foram publicados na plataforma SciELO, no período apontado. O SciELO – *Scientific Electronic Library Online* — http://www.scielo.br — é definida como:

> Uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico. Ela organiza e publica textos completos de revistas na Internet / Web, assim como produz e publica indicadores do seu uso e impacto. A biblioteca opera com a Metodologia SciELO, que é produto do Projeto para o Desenvolvimento de uma Metodologia para a Preparação, Armazenamento, Disseminação e Avaliação de Publicações Científicas em Formato Eletrônico, cuja primeira fase foi realizada entre fevereiro de 1997 e março de 1998 (Packer *et al.*, 1998, p. 109).

A plataforma eletrônica e cooperativa de periódicos científicos, o SciELO, surge concomitante ao desenvolvimento e ampliação da internet no Brasil. Com isso, a proposta original deste projeto bem-sucedido tinha entre seus objetivos a finalidade de adequar-se ao novo formato que se desenvolvia fortemente no campo acadêmico, o dos periódicos eletrônicos, para facilitar o processo de publicação científica e, por fim, dar visibilidade, bem como ampliar, o acesso a essa produção científica.

Além disso, o desenvolvimento do SciELO coincide com um momento de grande expansão dos programas de pós-graduação no Brasil. Conforme Cirani, Campanario e Silva (2015), essa expansão ocorre de forma intensa entre os anos de 1999 e 2011. De modo que, considerando os seus três níveis no *stricto sensu*, doutorado, mestrado e mestrado profissional, em instituições de ensino superior públicas e privadas, os números quase que dobraram. "De fato, somavam 2.417 em 1999 para atingir um total de 4.660 em 2011" (Cirani; Campanario; Silva, 2015, p. 169). Esses dados podem ser observados também sob a perspectiva de outro indicador: "a quantidade de matrículas na pós-graduação contabilizou 173.408 estudantes em 2010, representando um avanço de 128%, quando comparado ao total verificado em 1998" (Cirani; Campanario; Silva, 2015, p. 176).

Como será demonstrado a seguir, as informações sobre a criação da plataforma SciELO e da expansão da pós-graduação no Brasil são fundamentais para um entendimento do aumento

[1] Esse artigo é resultado do projeto de pesquisa: Práticas culturais juvenis: modos de ser, estar e representar na metrópole, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo número 2019/14717-0. Agradeço à FAPESP pelo apoio.

do número de artigos científicos sobre a temática da juventude no Brasil. Dado esse contexto mais geral, o objetivo inicial deste mapeamento da produção de artigos sobre a temática da juventude é o de compreender duas questões principais: 1) quais são as áreas que mais tomaram a questão da juventude como objeto de pesquisa; 2) em que temas a juventude como objeto de pesquisa foi mais situado na produção bibliográfica.

Essas duas questões, por sua vez, permitiram elucidar uma dobra na qual se encontra a discussão sobre juventude no debate acadêmico e das políticas públicas. Por um lado, a juventude é tomada como um agente político criativo, renovador e até mesmo revolucionário. Por outro lado, no entanto, a categoria juventude é tomada como um problema social que apontaria para uma forma de gestão das populações mais pobres. De certa maneira, a produção bibliográfica levantada oscilou entre essas duas perspectivas. Em ambas, apresentam-se muitas representações e projeções da sociedade adulta sobre a população mais jovem.

A pesquisa sobre a temática da juventude nessa base de dados ocorreu antes do lançamento da nova versão do SciELO, na qual se criaram novos critérios de indexação, em maio de 2020[2]. Dessa maneira, o que se apresenta, portanto, é um levantamento dos artigos, com base nos antigos critérios de indexação do SciELO, que talvez possam não corresponder exatamente aos atuais.

Os artigos de revisão bibliográfica sobre a categoria juventude são bastante comuns e têm, na maioria dos casos, adotado o formato de estados da arte. Marília Sposito há tempos tem coordenado importantes iniciativas de mapeamento da produção brasileira sobre juventude, em formato de coletâneas e com a colaboração de diferentes autores. O primeiro estado da arte coordenado por Sposito é um livro de 2002, ainda bastante voltado à relação entre juventude e escolarização (Sposito, 2002), mas já apresentando os temas principais que organizavam as pesquisas naquele momento, que seriam retomados e aprofundados no segundo estado da arte. Por sua vez, esse segundo trabalho de estado da arte coordenado por Sposito (2009) é mais amplo e aborda a produção sobre juventude na pós-graduação brasileira nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social, entre os anos de 1999 e 2006. Em livro organizado em dois volumes, o estado da arte traz textos do campo dos estudos da juventude, discutindo uma série de temas, como a própria escolarização, mas também: processos de exclusão social, trabalho, mídia, tecnologia, política, sexualidade e gênero.

[2]https://blog.scielo.org/blog/2020/05/13/scielo-atualiza-os-criterios-de-indexacao-nova-versao-vigora-a-partir-de-maio-de-2020/#.YwZyt3bMJPY. Acesso em: 24 ago. 2022

Além dos estados da arte coordenados ou produzidos por Marilia Sposito, há um conjunto de artigos, especialmente do campo da Psicologia, que têm já realizado esse trabalho sob a perspectiva específica de cada área disciplinar. Assim, Stengel e Dayrel (2017) realizam um levantamento da produção sobre as categorias adolescência e juventude na pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia, de 2006 e 2011. Segundo os autores, os principais temas abordados nos trabalhos levantados foram: violência e família. No primeiro caso, os trabalhos sobre violência focavam principalmente a questão do ato infracional. Ou seja, em alguma medida, reforça-se o interesse pela juventude em situação de desvio. Já sobre os trabalhos voltados à família, segundo os autores, também nesses, a dimensão do desvio parece ser preponderante:

> São trabalhos estudando *relações familiares*, maternidade, paternidade, práticas educativas parentais e relações intergeracionais. Relações Familiares foi a subcategoria mais presente, com trabalhos que discutem relações familiares como um todo; entre membros; a partir de uma situação específica na família, como uma patologia, um ato infracional, uso e abuso de drogas; estilos parentais na educação e relação com os filhos (Stengel; Dayrell, 2017, p. 22).

Em outro levantamento, esse um pouco mais localizado, Victor Nedel Oliveira (2021) realiza um estado da arte da produção sobre juventude, entre 2010 e 2019, a partir de pesquisa em 8 periódicos de universidades federais brasileiras da região Sul do Brasil, classificados como A1 segundo a avaliação Qualis, promovida pela Capes. O autor chega assim a uma análise qualitativa de 10 artigos encontrados nesse recorte, nos quais os temas das culturas juvenis e do Ensino Médio mostraram-se como relevantes. O levantamento reforça a relação entre juventude e educação na pesquisa acadêmica brasileira, demonstrando a importância do campo da educação na discussão sobre a juventude brasileira.

No caso do levantamento apresentado neste artigo, a proposta não é realizar um estado da arte ou um levantamento exaustivo e aprofundado, mas, sim, mapear a produção acadêmica sobre juventude publicada na plataforma SciELO, a fim de identificar as principais áreas que tomam a juventude como questão ou objeto de pesquisa, classificando os temas fundamentais que são mobilizados. Assim, o que se pretende é apresentar um panorama muito geral da produção discursiva sobre a juventude, tentando compreender como essa categoria é construída nesses trabalhos.

A pesquisa consistiu na leitura dos resumos e palavras-chave, a fim de mapear fundamentalmente área e tema de pesquisa. A proposta é demonstrar como a juventude é abordada por certa parte da produção acadêmica no Brasil, com destaque para a questão do problema social e da participação política. Entende-se que o recorte temporal entre 2001 e 2019,

ainda que perca referências mais contemporâneas – tanto em relação à participação dos jovens na sociedade da informação e nas novas tecnologias digitais da informação e da comunicação quanto em relação a movimentos políticos mais recentes, como as Jornadas de Junho de 2013, o movimento de ocupação das escolas secundárias ou de outros coletivos políticos – já nos permite compreender o desenvolvimento da produção acadêmica sobre juventude no Brasil nessas duas primeiras décadas do século XXI. Da mesma forma, compreende-se que nem toda produção acadêmica brasileira está presente na plataforma SciELO. No entanto, ainda assim, considerando que não se pretende abranger toda a produção acadêmica brasileira, considera-se que os 358 artigos analisados permitem refletir sobre questões importantes a respeito da evolução dos estudos sobre juventude no país.

A constituição de uma ideia moderna de juventude

Jacques Donzelot (1980), em discussão sobre a constituição de políticas de governamentalidade e do lugar da família no ocidente, na França do século XIX, destaca as formas diversas de controle sobre as crianças e os adolescentes, com base na distinção de classe social. Dessa maneira, expõe o autor que à criança de origem burguesa seria concedida uma espécie de liberação protegida, realizada por meio de um cordão sanitário traçado ao seu redor, com apoio médico, psicológico e pedagógico em caso de necessidades, proporcionando, assim, um desenvolvimento discretamente controlado. Entretanto, por outro lado, para a criança e o adolescente pobre, o que se reserva é a liberdade vigiada, materializada em uma preocupação com a sua liberdade excessiva, considerada ameaçadora, demandando, assim, uma técnica de controle para restringir sua ação, sem nenhum tipo de proteção psicossocial. Já sobre outro contexto, os Estados Unidos do final do século XIX, Anthony Platt (1977) defende, e David Matza (2014) em texto sobre a noção de delinquência juvenil concorda com ele, que a própria ideia de delinquência juvenil é uma construção decorrente do surgimento de um tribunal de justiça de menores. Com isso, haveria a invenção da figura do delinquente juvenil da mesma forma como ocorrera com a ideia de infância protegida e destacada do mundo dos adultos, conforme descrito por Philippe Ariès (1978).

Contudo, por outro lado, retomando um aspecto apontado anteriormente, o da juventude como um agente criativo e renovador, pode-se também pensar uma representação moderna de juventude associada ao próprio processo de ascensão de certos valores estéticos diretamente ligados ao desenvolvimento de uma indústria cultural de massa no pós-Segunda Guerra

Mundial na Europa. Essa é a tese dos autores do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, expressa na célebre coletânea: *Resistance Through Rituals: youth subcultures in post-war britain* (1993), publicada nos anos 1970. Esse conjunto de pesquisadores, que se constituem em torno da abordagem dos estudos culturais, debruçam-se sobre a noção de cultura juvenil como uma invenção do pós-guerra na Europa. Essa invenção ocorreria devido a uma série de fatores, além da expansão do acesso à escolarização, que daria mais destaque a essa fase da vida e garantiria o acesso a uma moratória social, a partir dos anos 1950 também houve um aumento do mercado e do consumo no pós-guerra que propiciou o crescimento da indústria de lazer voltada para a juventude. Com isso, criaram-se as condições para o desenvolvimento da noção moderna de juventude: "a emergência dos meios de comunicação de massa, dos entretenimentos de massa, da arte de massa e da cultura de massa" (Hall; Jefferson, 1993, p. 18, tradução nossa). Surge, assim, uma indústria cultural bastante voltada a um segmento específico: o público juvenil. A partir desse contexto de mudanças é que despontam os estilos distintivos, baseados em novas maneiras de se vestir e em determinados gêneros musicais, como o rock. O impacto do crescimento dessa indústria cultural e do desenvolvimento das chamadas culturas juvenis expressa-se no aumento da venda de discos nos Estados Unidos, conforme apontado por Hobsbawm (1995), cujos números passaram de 277 milhões em 1955 para 600 milhões em 1959, chegando a 2 bilhões em 1973.

Com esse panorama, há duas perspectivas importantes sobre a categoria juventude: a que a associa a uma fase difícil e problemática que deve ser submetida à intervenção de determinados mecanismos de gestão populacional, mas também a que parte de certa representação como agente renovador, que pode, aliás, ser explorada em muitos sentidos, de um ponto de vista mais político, a partir de certa ideia da juventude participativa, ou, conforme exposto anteriormente, como um importante mercado consumidor de uma indústria cultural nascente. Em alguns momentos, inclusive, esses dois sentidos se coadunam para a constituição de formas específicas de resistência, que se estetizam a partir de elementos da indústria cultural, como já apontado há tempos pelos autores de Birmingham. Com isso, os mesmos elementos da indústria cultural que, supostamente, homogeneizariam e imporiam padrões de comportamento, também serviriam aos jovens como atributos de resistência à sociedade adulta ou às classes dominantes. Observam-se, portanto, as múltiplas ambiguidades que conformam as maneiras de compreender a noção moderna de juventude. Por um lado, a ideia de cuidado e de necessidade de um tempo específico para o preparo, proporcionado pela escola, associada à concessão de

uma moratória social (Margulis; Urresti, 1996); por outro lado, a necessidade de vigilância e maior controle com grupos jovens classificados como perigosos ou delinquentes. Assim, a ideia de uma juventude revolucionária e participativa também pode situar-se, ao mesmo tempo, entre uma ação política de resistência ou de conformação a certa produção cultural massificada e hegemônica. Como aponta Rossana Reguillo (2013), por sua vez, trata-se de pensar a experiência da juventude entre a insubmissão e a obediência, sem reduzi-la a nenhum dos termos.

A questão da relação entre juventude e participação política é trazida à tona ainda por Regina Souza (2009), sob uma outra abordagem: a da constituição do termo protagonismo juvenil, em meado dos anos 1990, no discurso de ONGs voltadas ao trabalho com a juventude pobre, situadas principalmente no campo da educação não formal. Segundo a autora, haveria a tentativa de criação de uma pauta de ação sobre a juventude que partiria dessa ideia de juventude participativa. No entanto, segundo ela, essa participação seria apenas uma maneira de impor uma agenda política aos jovens, tomados muito mais como um campo de intervenção social do que como agentes políticos autônomos. Dessa maneira, a partir do trabalho da ação de ONGs e do próprio Estado, os jovens tornar-se-iam um segmento importante de intervenção de políticas públicas.

Por um caminho analítico parecido com o de Souza, Livia De Tommasi (2012) discute o trabalho que determinadas ONGs ou mesmo o Estado realizam com os jovens, por meio de projetos sociais. Para a autora, o processo de tomada da juventude como um campo de atuação das políticas ou das biopolíticas associa-se diretamente à implementação de dispositivos de gestão da população jovem, principalmente a mais pobre. Esses dispositivos, além de adotar estratégias de esquadrinhamento e classificação dos sujeitos, típicas da sociedade disciplinar, também atuam dentro de paradigmas das novas formas de governamentalidade, conforme discutido por Michel Foucault (1979) e retomado por Nikolas Rose (1996). Nessas novas formas de governamentalidade, de certa maneira, incorporaríamos estratégia de controle sobre nós mesmos e os outros em nosso cotidiano, a partir de dispositivos sociais, psíquicos, culturais e políticos.

> Parece que estamos assistindo à emergência de uma variedade de racionalidades e técnicas que buscam governar sem governar a sociedade, governar através de escolhas feitas e reguladas por atores discretos e autônomos, no contexto de seus comprometimentos particulares com familiares e comunidades (Rose, 1996, p. 328, tradução nossa).

De todo modo, para as relações de controle e governamentalidade da juventude contemporânea, continua a destacar-se a classe social como um componente importante, pois, afinal – como demonstrado por uma série de autores que tratam a questão do desvio e da delinquência sob a perspectiva do interacionismo simbólico (Becker, 2008; Chamblis, 1973) –,

enquanto aos que pertencem às camadas sociais mais abastadas há maior condescendência com os erros e mesmo a defesa de certa inocência pueril, para os mais pobres, não somente há menos compreensão, como a punição recairia sobre eles de forma muito mais recorrente e dura.

A pesquisa no SciELO

Tabela 1 - A produção acadêmica sobre juventude ao longo dos anos

Ano	Qtde	%
2001-2004	24	6,70%
2005-2009	74	20,67%
2010-2014	118	32,96%
2015-2019	142	39,66%
Total	358	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamento de artigos na Plataforma SciELO.

Como apontado por Marilia Sposito (2009), a juventude como uma questão das políticas públicas no Brasil, mas podemos dizer também como um tema ou objeto de estudo no campo das Ciências Humanas, ganhou força na virada dos anos 1990 para os anos 2000. Segundo ela, essa visibilidade alcançada pela temática da juventude deveu-se a diversos fatores, principalmente, à preocupação das políticas públicas com o crescimento da violência e outras questões sociais que incidiriam mais acentuadamente sobre os mais jovens, como também por certas ações de governos municipais, estaduais e federais que passaram a considerá-los como atores políticos importantes.

Neste levantamento realizado na plataforma SciELO, percebe-se, conforme indicado na Tabela 1, que é a partir da segunda metade da primeira década do século XXI que ocorre um aumento considerável do número de trabalhos acadêmicos que tomaram a juventude como questão de pesquisa. De 2005 a 2009, a quantidade de trabalhos na plataforma SciELO praticamente triplica. Assim, se entre 2001 e 2004 foram encontrados 24 artigos sobre juventude, entre 2005 e 2009 a pesquisa levantou 74 trabalhos. No entanto, há um dado ainda mais revelador da importância dessa primeira década para o campo de estudos sobre juventude no Brasil, a busca revelou apenas dois trabalhos sobre o tema da juventude indexados na plataforma SciELO nos anos 1990.

Sobre esta última constatação, há duas questões a serem ponderadas. A primeira, há de se reconhecer que, apesar de não estarem disponíveis para busca em artigos no SciELO, já havia, nos anos 1990, um considerável número de pesquisas sobre a temática juventude. A segunda,

que também explica o número baixo de trabalhos, diz respeito ao fato de, efetivamente, a plataforma SciELO ter seu início justamente no fim dos anos 1990. Dessa maneira, muitas revistas acadêmicas, mesmo que já possuíssem endereços na internet para leitura *online* de artigos, ainda não estavam totalmente integradas à biblioteca digital. Esse é o caso, por exemplo, da Revista Brasileira de Educação, publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), cuja importante edição especial sobre juventude, publicada em 1997, está disponível apenas na página da própria ANPEd, e não no SciELO. Nesse número duplo, há artigos de destacados pesquisadores da temática da juventude, como Marilia Sposito, Helena Abramo, Angelina Peralva, Eloísa Guimarães e Alberto Melucci, entre outros[3]. Essas são informações fundamentais para se reafirmar a importância que esse período de expansão das universidades e dos programas de pós-graduação no Brasil tiveram para a consolidação de um campo de estudos sobre juventude no país.

Embora em um ritmo menor, a produção sobre juventude disponibilizada na plataforma SciELO seguiu aumentando ao longo dos anos. De modo que o período entre 2015 e 2019 concentra quase 40% da produção acadêmica sobre juventude disponibilizada na biblioteca *online*. Além disso, a segunda década do início do século XXI também demonstra uma consolidação da temática da juventude como uma questão de pesquisa importante para diferentes áreas do conhecimento, dentro do campo das Ciências Humanas ou em profundo diálogo com este. Dessa maneira, conforme se pode notar ainda na Tabela 1, mais de 70% dos artigos sobre juventude disponíveis no SciELO foram publicados entre 2010 e 2019.

Tabela 2 - A divisão da produção acadêmica sobre juventude por região

Região	**Qtde**	**%**
Sudeste	197	55,03%
Sul	60	16,76%
Nordeste	46	12,85%
Centro-Oeste	20	5,59%
Norte	4	1,12%
Internacionais	31	8,66%
Total	358	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamento de artigos na Plataforma SciELO.

[3] Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_05_e_06.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

A forma como ocorre a distribuição regional da produção das pesquisas sobre juventude está diretamente associada à desigualdade de distribuição dos recursos econômicos para o ensino superior no Brasil. Como se pode notar, a Região Sudeste do país concentra mais de 50% dos artigos sobre juventude disponibilizados no SciELO. Em segundo lugar está a Região Sul, com 16,76% e, em terceiro, a Região Nordeste, com 12,85%, a despeito de esta ser a segunda região mais populosa do país, com quase 55 milhões de habitantes, e 26,9% da população brasileira, atrás apenas da Região Sudeste, com quase 85 milhões de habitantes, representando 41,8 % da população do país[4]. Além disso, a Tabela 2, apesar de evidenciar as desigualdades também revela alguns efeitos da política de expansão dos programas de pós-graduação no Brasil. Há, portanto, de se fazer uma ressalva, pois, como demonstram Cirani, Campanario e Silva (2015), na pesquisa sobre a evolução do número dos programas de pós-graduação senso estrito no Brasil, ainda que permaneçam grandes desigualdades regionais, houve, no período entre 1998 e 2011, uma pequena melhora na distribuição regional dos programas. Segundo os dados apresentados pelos autores, em 1998, a Região Sudeste concentrava 64,5% dos cursos de pós-graduação no país, já em 2011, houve uma redução dessa concentração para 50,8%. Enquanto, ainda evidenciando a desigualdade de distribuição de cursos de pós-graduação, houve ligeiro aumento em todas as outras regiões. Como exemplo, a Região Nordeste apresentou um aumento de 12,4 para 17,7% e a Região Norte de 1,7 para 4,2% (Cirani; Campanario; Silva, 2015, p. 174).

Tabela 3 - A divisão da produção acadêmica sobre juventude por área do conhecimento

Área do conhecimento	Qtde	%
Artes/Cultura	1	0,28%
Educação	107	29,89%
Ciências Sociais	63	17,60%
Esporte/Educação física	10	2,79%
Comunicação	7	1,96%
Demografia	5	1,40%
Economia	1	0,28%
Saúde	54	15,08%
Gênero/Feminismo/Sexualidade	21	5,87%
História	2	0,56%

[4] Conforme dados do IBGE de 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes#:~:text=O%20Sudeste%20continua%20sendo%20a,9%25%20dos%20habitantes%20do%20pa%C3%AD . Acesso em: 17 ago. 2023.

Interdisciplinar	1	0,28%
Linguística/Literatura	3	0,84%
Mobilidade humana	1	0,28%
Psicologia	65	18,16%
Religião	3	0,84%
Serviço Social	11	3,07%
Direito	3	0,84%
Total	358	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamento de artigos na Plataforma SciELO.

Sobre as áreas do conhecimento que abordaram a juventude, encontrou-se uma diversidade muito grande de enfoques que, de alguma maneira, sob a perspectiva das Ciências Humanas ou em diálogo com ela, tomaram a categoria juventude de uma perspectiva sociocultural, política ou mesmo psicológica. Os artigos distribuíram-se em 17 áreas do conhecimento. Cabe destacar que esse trabalho de definição partiu da classificação principal dos próprios periódicos acadêmicos em que ocorreram a publicação. No entanto, apesar dessa grande diversidade, é importante afirmar que quatro áreas se destacaram como as principais, concentrando 80,73% dos artigos levantados. Respectivamente, pela ordem decrescente: 1) Educação, com 29,89%; 2) Psicologia, com 18,16%; 3) Ciências Sociais, com 17,60%; 4) Saúde, com 15,08%. Observar essas quatro áreas como as que mais concentram as publicações sobre juventude na plataforma SciELO é bastante revelador sobre como essa temática vem sendo trabalhada pela academia no Brasil. Uma primeira observação a ser feita é o destaque para a área de Educação, que, com quase 30% das publicações levantadas, está quantitativamente bem à frente das demais áreas.

Tabela 4 - A divisão temática da produção acadêmica sobre juventude

Temas principais de cada artigo	**Qtde**	**%**
Educação/Escolarização	43	12,01%
Trabalho	35	9,78%
Direitos e políticas públicas	34	9,50%
Questões de gênero e sexualidade	34	9,50%
Crime/Violência	34	9,50%
Participação política	28	7,82%
Culturas juvenis	21	5,87%
Saúde	18	5,03%
Mídia	17	4,75%
Projeto de vida	10	2,79%
Transição para a vida adulta	10	2,79%

Esportes/Atividade física	9	2,51%
Religião	9	2,51%
Rural	9	2,51%
Álcool, drogas e substâncias	7	1,96%
Metodologia/Intervenção	7	1,96%
Questão racial	7	1,96%
Teoria	5	1,40%
Consumo	4	1,12%
Geração	4	1,12%
Espaço urbano	3	0,84%
Indígena	2	0,56%
Lazer	2	0,56%
Identidade nacional	2	0,56%
Risco	2	0,56%
Beleza	1	0,28%
Memória	1	0,28%
Total	358	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamento de artigos na Plataforma SciELO.

Sobre o amplo domínio da área de Educação na publicação de artigos no SciELO, era de se esperar que a temática da educação fosse preponderante, considerando o enfoque sobre as escolas e o processo de aprendizagem associado ao desenvolvimento. Assim, quando se passa do recorte por área para o recorte temático, percebe-se que, mesmo em outras áreas, a educação ainda é um tema importante mobilizado nos campos das Ciências Sociais, Psicologia, Saúde etc. O que a tabela 4 revela, portanto, é que a educação é a questão principal dos 27 temas levantados a partir dos resumos e palavras-chave. Além disso, trata-se não apenas de um tema fundamental para a discussão moderna sobre juventude, como a instituição escolar é tomada como uma das responsáveis, a partir de seu processo de massificação, pela configuração da concepção que fazemos dessa categoria de idade atualmente. Contudo, é preciso entender também que a educação é o principal dispositivo de gestão dos jovens na sociedade brasileira, ainda que os processos educativos sejam pensados de maneiras distintas, mais ou menos estigmatizantes e punitivos, a partir de critérios como classe social e raça, por exemplo.

A educação e o processo de escolarização fazem-se presente nas reflexões sobre a juventude desde a discussão de caráter mais funcionalista, que toma a escola como preparatória para a integração de crianças e jovens na sociedade adulta, até a própria ideia de que a separação de crianças e jovens dos adultos é que permitiu um maior destaque para elas como uma categoria etária com características próprias (Ariès, 1978; Coleman, 1961). Contudo, é preciso

ressalvar também que, em grande medida, a juventude tem sido discutida a partir de um papel social muito específico: o de estudante. Assim, grande parte dos trabalhos trazem alguma reflexão sobre como os jovens tendem a corresponder ou se afastar do comportamento esperado por um estudante padrão ou ideal. Em artigo analítico sobre como a temática da juventude apareceu em artigos da Revista Brasileira de Educação nos últimos 20 anos, Marilia Sposito e Felipe Tarábola (2017) constatam também uma presença predominante do olhar para o jovem a partir da categoria estudante.

Esse é um ponto importante, porque, como afirma José Gimeno **Sacristán (2005**), é preciso compreender que a própria noção de estudante ou aluno é uma invenção produzida pelos adultos. Assim, da mesma forma como ocorre com as categorias etárias, como a juventude, a adolescência e a infância, a noção de estudante deve também ser compreendida como uma construção cultural e histórica. A partir do processo de massificação da escolarização, haveria, segundo esse autor, uma naturalização da associação entre as condições de aluno e criança ou jovem. Esse seria, portanto, um processo empobrecedor, pois desprezaria justamente a diversidade das experiências juvenis tentando reduzi-la a um papel social a ser exercido em uma instituição disciplinar.

No Brasil, uma das questões levantadas por Juarez **Dayrell (2007)** é justamente sobre a importância da escola na conformação da condição juvenil contemporânea. Para esse autor, a escola ainda desempenharia um papel fundamental na definição das experiências de juventude, mas estaria, gradativamente, perdendo sua relevância, em especial por conta de outros agentes socializadoras que permitem a emergência das chamadas culturas juvenis, como o hip-hop e o funk, por exemplo. Em síntese, como afirmam Green e Bigum (1998), a escolarização segue sendo importante para a construção social e discursiva da juventude contemporânea, embora esta não possa ser reduzida ao processo de escolarização, pois há de se considerar outros fatores, como a cultura de massa, a relação com as novas tecnologias, os grupos de pares, entre outros.

Logo em seguida ao tema da educação, com porcentagens muito próximas, encontramos, entre a segunda e a quinta posição, respectivamente, as seguintes temáticas: a) trabalho; b) direitos e políticas públicas; c) questões de gênero e sexualidade; d) crime/violência. Quando somadas, essas quatro temáticas chegam a 38,38% do total. O que é mais importante de se notar a respeito desses quatro temas é que dois deles, trabalho e crime/violência, estão ligados diretamente a uma perspectiva mais ampla de pensar ou os problemas da juventude ou a própria juventude como problema. Na maioria dos casos, essas perspectivas confirmam a abordagem exposta por Livia De Tommasi (2012), da juventude tomada como um campo de intervenção de políticas públicas.

E esse campo de intervenção adquire dois sentidos. Por um lado, há a tentativa de tomar a juventude como um problema para a sociedade ou para si mesma. Neste caso, destacam-se temas como as dificuldades de inserção em um mundo do trabalho precarizado, a violação de direitos ou mesmo o mapeamento de políticas públicas e projetos sociais voltados aos jovens e, por fim, a juventude como vítima de ações violentas ou mesmo como protagonista de atividades criminosas. Em grande medida, esses sentidos confirmam uma relação com certa perspectiva funcionalista de entendimento da juventude, que a toma a partir de dificuldades de integração à sociedade adulta, conforme ressalta Groppo (2017).

Por outro lado, há trabalhos que enfatizam a participação ou mesmo a criatividade dos jovens em ações de caráter mais marcadamente político e/ou estético. Retomando Groppo, essa abordagem estaria mais alinhada ao que o autor denomina como teorias pós-críticas sobre a juventude, que, inspiradas por referências pós-modernas e pós-estruturalistas, tenderiam a enfatizar mais a diversidade do segmento juvenil e sua agência, bem como os processos flexíveis e não totalizantes de subjetivação dos jovens que destacam as relações de poder que lhes atravessam na contemporaneidade. Esse é o caso de outras temáticas que estão entre as doze mais citadas, como: participação política, culturas juvenis, projeto de vida e transição para a vida adulta. Nesses trabalhos, destacam-se aspectos de uma participação política mais autônoma e menos atrelada a uma participação institucionalizada; toma-se, assim, a dimensão das culturas juvenis como uma forma de participação política não institucionalizada, conforme destacado por Reguillo (2013).

Evidente que não é possível construir uma dicotomia rígida situando alguns temas como mais funcionalistas, pois voltados a pensar a adequação ou inadequação da juventude às regras sociais, e outros, como mais pós-modernos, por pensarem uma noção de juventude mais multifacetada e mais focada na capacidade inventiva dos jovens por eles mesmos. Inclusive, alguns temas, como os que abordam as questões de gênero e sexualidade, podem situar-se em um meio termo, apontando, a mesmo tempo, para os problemas que afetam a juventude nesse campo temático, mas também abordando as ações de resistência e de invenção de novas possibilidades políticas e de convívio social.

Considerações finais

O mapeamento da produção discursiva acadêmica sobre a juventude publicizada no SciELO revelou que a construção dessa categoria leva a duas representações principais: 1) a da juventude como resultado e causa de problemas sociais; 2) a da juventude como agente

transformador dos problemas sociais. Essa constatação confirma-se na forte concentração da produção acadêmica sobre juventude nas áreas de Educação, Saúde e Psicologia, que representam cerca de dois terços dos artigos na plataforma SciELO. Grande parte dessa produção está voltada a pensar aspectos da juventude como um problema. Uma parte dela também discute a juventude como um agente de transformação social. Há artigos, inclusive, que trazem as duas abordagens concomitantemente. Quase metade deles, pouco mais de 48%, traz como temática principal, em suas palavras-chave, questões referentes a problemas sociais, como violência, uso de álcool e outras drogas, risco, trabalho, ou da categoria juventude como um campo de intervenção das políticas públicas. A juventude como agente transformador aparece como temática a partir de duas palavras-chave principais: participação política e culturas juvenis, em pouco mais de 13% dos artigos.

Pode-se concluir, assim, que a noção de desenvolvimento por meio de fases da vida, em intersecção com o sexo, na modernidade, torna-se alvo das técnicas de poder, conforme a discussão de Foucault (1988) sobre a história da sexualidade, com o surgimento da ideia de população. No caso da juventude, trata-se de gerir um segmento específico dessa população que pode ser considerado, ao mesmo tempo, mais vulnerável, mas também mais perigoso, a depender da associação com outras condições como classe, gênero e raça, conforme já apontado na discussão de Donzelot (1980) sobre a polícia das famílias e também de Patricia Hill Collins (2019) sobre a interseccionalidade. Dessa maneira, o segmento populacional jovem é tomado a partir dos problemas econômicos, como o trabalho, ou os de segurança pública, como o crime e a violência, além de outras questões como a própria educação, a saúde e a sexualidade.

Portanto, se Foucault fala de uma polícia do sexo, e Donzelot, inspirado nessa discussão, fala em uma polícia das famílias, neste caso aqui, pode-se falar também de uma polícia da juventude, cujo objetivo é gerir esse segmento populacional, ora por meio de uma ação de regulação dos discursos, a liberação protegida exposta por Donzelot, ora por uma ação mais claramente repressora e proibitiva, a liberação vigiada. Nesse sentido, esse levantamento constatou que, ainda que não haja uma ciência integrada da juventude, é possível discutir como o tema da juventude situa-se em meio a um conjunto de saberes especializados: Psicologia, Educação, Saúde, Ciências Sociais etc., que conformam um tipo de saber disciplinar sobre a juventude, produzindo, assim, a condução das condutas, conforme a discussão foucaultiana. Em outras palavras, instituir-se-iam formas de gestão da população para levá-la a estabelecer dispositivos para que as pessoas governassem a si mesmas.

No caso dos trabalhos publicados no SciELO, no período de 2001 a 2019, o que se revela é um conjunto de saberes especializados que se coadunam e apontam, fundamentalmente, em duas direções: 1) a da juventude como problema ou campo de intervenção das políticas públicas; 2) a da juventude como ator político criativo e fundamental para a transformação social. Algumas perspectivas, no entanto, tendem a combinar essas duas possibilidades de definição da juventude no mundo contemporâneo, tomando-a, ao mesmo tempo, como um campo de intervenção de políticas que conduzem a uma forma de atuação política específica, muitas vezes situada na noção de protagonismo. De todo modo, nas duas direções, a categoria juventude é construída como o resultado das representações que a sociedade adulta constrói sobre o segmento juvenil, concebendo-o ora como causador de problemas, ora como aquele que pode resolver esses problemas e renovar o mundo.

Referências

ARIÈS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BECKER, Howard. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CHAMBLISS, William. The Saints and Roughnecks. **Society**, v. 11, n. 1, p. 24-31, nov. 1973.

CIRANI, Claudia; CAMPANARIO, Milton; SILVA, Heloísa. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 163-187, mar. 2015.

COLEMAN, James. **The Adolescent Society:** the social life of the teenager and its impacts on education. Nova Iorque: Free Press of Glencoe, 1961.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionality:** as critical social theory. Durham: Duke University Press, 2019.

DAYRELL, Juarez. A Escola "Faz" as Juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.

DE TOMMASI, Livia. Nem bandidos nem trabalhadores baratos: Trajetórias de jovens da periferia de Natal. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 101-129, jan./fev./mar. 2012.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GREEN, Bill; BIGUM, Chris. Alienígenas na Sala de Aula. *In:* SILVA, Tomaz (org.). **Alienígenas na Sala de Aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 208-243.

GROPPO, Luís Antônio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (org.). **Resistence through rituals:** youth subcultures in post-war Britain. London: Hutchinson and Co: CCCS: University of Birmingham, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. *In:* Margulis, Mario (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MATZA, David. **Delincuencia y deriva:** Cómo y por qué algunos jóvenes llegan a quebrantar la ley. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

OLIVEIRA, Victor Nedel. Juventudes e educação: estado da arte de publicações em revistas A1 de Universidades Federais Brasileiras (2010 -2019). **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 5, n. 2, p. 358-372, 2021.

PACKER, Abel Laerte *et al.* SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 109-121, maio/ago. 1998.

PLATT, Anthony. **The Child Savers**. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

REGUILLO, Rossana. **Culturas juveniles:** formas políticas del desencanto. Buenos aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

ROSE, Nikolas. The Death of the Social? Re-figuring the Territory of Government. **Economy and Society**, v. 25, n. 3, p. 327-356, 1996.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Aluno como Invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SPOSITO, Marília (org.). **Juventude e Escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC: Inep: Comped, 2002.

SPOSITO, Marília. (coord.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). v. 1 e v. 2. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, Marilia; TARÁBOLA, Felipe. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de |Janeiro, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo Juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2009.

STENGEL, Márcia; DAYREL, Juarez. Produção sobre adolescência/juventude na pós-graduação da Psicologia no Brasil. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 18-29, mar. 2017.

Recebido em: 08/09/2023

Aceito em: 05/09/2024